

RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ESPAÇOS RURAIS: POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANDRÉIA LEÃO DA FONSECA MOREIRA¹; EUGÉNIA ANTUNES DIAS²

(1) *Universidade Federal de Pelotas, deiamoreira.f@gmail.com*

(2) *Universidade Federal de Pelotas/Centro de Estudos Ambientais – eugeniaad@gmail.com*

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) é instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no enfrentamento do cenário de degradação ambiental decorrente da disposição inadequada dos resíduos sólidos produzidos no meio rural. Este artigo reflete sobre uma intervenção em EA realizada através da metodologia da pesquisação, no âmbito do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, promovida pela Universidade Federal de Pelotas em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A intervenção realizada junto aos agricultores de localidades rurais pertencentes ao município de Canguçu/RS, objetivou promover, de forma participativa, reflexões sobre a redução e o destino correto dos resíduos sólidos gerados pelos próprios agricultores, visando à minimização dos impactos socioambientais derivados. Por meio de diagnósticos, reuniões, oficinas e da própria coleta seletiva nas comunidades envolvidas, as ações em EA mostraram-se uma importante ferramenta para a implementação dos princípios da PNRS. Abordou-se a questão da degradação ambiental e da desigualdade social associadas à geração/disposição de resíduos sólidos no meio rural, a partir da problematização concreta de suas causas e implicações nas esferas política, econômica e social, considerando neste processo os conhecimentos e experiências dos agricultores, contribuindo na constituição de seres críticos e na articulação de ações de enfrentamento, promovidas pela autora em sua atividade laboral como extensionista rural da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ASCAR), realizadas através da Chamada da Assistência Técnica e Extensão Rural da Sustentabilidade (Chamada da Sustentabilidade - ATER) e da Chamada Pública do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Utilizou-se a compreensão de sustentabilidade cunhada por Boff:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p.107)

Durante a atuação da autora na execução das Chamadas Públicas citadas, reiteradamente foram levantadas problemáticas socioambientais pelas famílias agricultoras de tais localidades, sendo o destino inadequado dos resíduos sólidos gerados um dos impactos negativos que mais requeriam intervenções.

Neste sentido, os diversos resíduos sólidos gerados não têm o destino correto ou alternativo nas comunidades lócus da intervenção, tornando-se um problema ambiental para o Poder Público e para o meio ambiente, assim como para os próprios agricultores e coletividade, acrescenta-se que a proximidade do meio urbano propicia maior facilidade de acesso ao supermercado e, por consequência, a aquisição de produtos industrializados, como enlatados e plastificados.

A EA se funda como um novo conceito de educação voltada para a sustentabilidade da relação entre sociedade e natureza, notadamente a partir de problematizações acerca do processo de produção e consumo capitalista, que hegemonicamente moldam a produção rural.

Metodologia

Tendo em vista como proposta a prática de hábitos de produção e consumo sustentáveis, e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquel que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

A metodologia da pesquisa-ação possui caráter qualitativo e se propõe a enfrentar determinada situação problemática relevante pertencente ao cotidiano do pesquisador e em conjunto com os partícipes, por isso sua característica situacional, conforme afirma Engel:

A pesquisa-ação é situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados. Não está, portanto, em primeira linha interessada na obtenção de enunciados científicos generalizáveis (relevância global). (ENGEL, 2000, p. 181)

Dessa forma, as comunidades rurais envolvidas foram consideradas partes fundamentais do processo de intervenção, desde a investigação da problemática (diagnóstico), como na ação-reflexão-ação das alternativas para enfrentá-la, tendo início em 2015 a partir das reflexões geradas na especialização.

Na chamada pública as famílias beneficiárias têm acesso a três visitas dos técnicos em extensão rural, duas oficinas e dois intercâmbios (visitas às experiências inovadoras em outras propriedades). As atividades são desenvolvidas conforme as demandas, visando ao bem estar social, econômico e ambiental das famílias.

Sendo assim foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- setembro de 2015: a autora proferiu palestra sobre os resíduos sólidos e seu destino adequado para os seguintes assentamentos: União, Sem Fronteiras e Novo Amanhecer (todos localizados na Armada) totalizando um público de 35 agricultores.

- setembro de 2015: a autora proferiu palestra sobre os resíduos sólidos e seu destino adequado para a localidade de Rincão do Salso, reunindo 21 agricultores, sendo que nesta localidade participaram mais de um membro por família.

- setembro de 2015: a autora proferiu palestra sobre resíduos sólidos e seu destino adequado para a referida escola, com um público de 37 educandos de anos iniciais (primeiro ao quinto ano). Os mesmos foram orientados para a adequada separação dos resíduos sólidos (latas, plásticos, ferro, entre outros) em suas propriedades rurais, os quais na maioria das vezes são enterrados, elaborando-se em conjunto a programação da coleta seletiva (prevista para ser realizada uma vez por semestre).

- outubro de 2015: realização de duas oficinas na localidade do Rincão do Salso, sendo uma de reaproveitamento dos próprios resíduos gerados e outra na temática da segurança alimentar, com foco nos efeitos dos produtos industrializados, visando, indiretamente, à redução dos próprios resíduos sólidos gerados nas propriedades. As oficinas acima mencionadas consistiram em: reaproveitamento de resíduos para elaborar vidros e latas decorados para armazenamento de mantimentos, decoração para festas com garrafas (enfeite de mesa ou lembrancinhas) e confecção de puffs com garrafas de Polietileno Tereftalato (PET). Igualmente foi realizada oficina sobre segurança alimentar a qual abordou a elaboração de produtos derivados do leite (queijo, doce de leite, queijão, ricota, iogurte e bebida láctea).

Na sequência, no mês dezembro foram desenvolvidas duas coletas seletivas de resíduos sólidos. Uma rota nos assentamentos da Armada e na Escola mencionada, e a outra na localidade do Rincão do Salso. A dinâmica de recolhimento adotada consistiu no acompanhamento do técnico da EMATER/ASCAR junto ao caminhão da coleta seletiva e com os integrantes da COOPERSOL, orientando a rota e em diálogo com as famílias, a fim de sensibilizá-las para a qualificação da ação, ou seja, a melhor separação dos resíduos e geração de renda para as famílias cooperadas.

Destacamos que as atividades citadas acima fizeram parte de um recorte e terão continuidade, pois este é um trabalho de extensão permanente.

Resultados e Discussão

Através da intervenção relatada foram beneficiadas 16 famílias da localidade de Rincão do Salso, e os três assentamentos de reforma agrária pertencentes à Armada (União com 63 famílias, Novo Amanhecer com 18 famílias e Sem Fronteiras com 22 famílias).

Especificamente a partir das atividades produziram-se reflexões acerca da alimentação saudável, da necessidade de redução da geração dos resíduos sólidos, de reaproveitamento de alimentos no intuito de reduzir o consumo de produtos industrializados e a valorização dos alimentos produzidos nas propriedades, com embasamento na responsabilidade compartilhada (entre usuários e criadores).

Dentre os elementos trabalhados nas ações de EA, ressalta-se que a partir da seguinte provocação “Os resíduos sólidos não andam sozinhos, como será que chegaram até as nossas casas?” foi possível trazer para o debate novas possibilidades voltadas para o autoconsumo, redução do uso de agrotóxicos, manejo

de solos, organização social, conhecimentos sobre as políticas públicas (especialmente como acessá-las). Entende-se que ações como as citadas possibilitaram trabalhar os diferentes eixos, seja econômico, social, cultural e ambiental.

Conclusão

A extensão rural tratou a temática da EA de diversas formas e focos, de acordo com o modelo de desenvolvimento proposto em cada período e em cada Chamada Pública. Em que pese todos os esforços realizados ao longo dos anos, a proposta desta intervenção, alicerçada nos princípios da EA, da PNRS e através da metodologia da pesquisa-ação, encontrou “solo” fértil para se desenvolver.

Sendo assim foi possível abordar a questão da degradação ambiental e da desigualdade social associadas à geração de resíduos sólidos no meio rural, a partir da problematização concreta de suas causas e implicações nas esferas política, econômica e social, considerando neste processo os conhecimentos e experiências dos agricultores, buscando contribuir para a constituição de seres críticos e na propositura de ações para o enfrentamento do cenário de destinação inadequada dos resíduos.

Entretanto, para desenvolver ações que de fato modifiquem processos são necessárias políticas públicas que possibilitem a produção e comunicação de conhecimentos e experiências nos espaços rurais,

Referências

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. LEI N° 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de abr. de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 11 de set. de 2015.

BRASIL. LEI N° 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de abr. de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I9795.htm. Acesso em 11 de set. de 2015.

EMATER/RS. Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Missão**, 2015. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/missao-visao.php#.VpT5sbYrKM8>. Acesso em: dezembro. 2015.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. 2014. Disponível em: [https://xa.yimg.com/kq/.../Prog_Nac_Esc_Sust.V.20.05.2014\(1\).pdf](https://xa.yimg.com/kq/.../Prog_Nac_Esc_Sust.V.20.05.2014(1).pdf). Acesso: dez. 2015.